

Tiago Moreira de Sá

Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola: Gerald Ford, Henry Kissinger e o programa secreto para Angola, Lisboa: Publicações D. Quixote, 2011

Carla Prado*

p. 283-285

Fruto de uma investigação de pós-doutoramento realizada no Instituto Português de Relações Internacionais (Universidade Nova de Lisboa), esta obra vem contribuir para o estudo de uma temática cuja relevância tem vindo a acentuar-se nos últimos anos: a dimensão internacional da guerra colonial portuguesa e do subsequente processo de descolonização das antigas colónias africanas. Neste caso específico, o autor pretende perceber qual foi a dimensão do envolvimento norte-americano no conflito que opôs Portugal e Angola e, mais tarde, na guerra prolongada que resultou do confronto entre os dois maiores movimentos de libertação angolanos (Movimento Popular para a Libertação de Angola – MPLA – e União para a Independência Total de Angola – UNITA).

Para melhor compreender esta temática, o autor deparou-se, num primeiro momento, com várias linhas de investigação: em primeiro lugar, importava “*estudar a descolonização de Angola no seu conjunto*” (p. 13), tendo para isso que salientar vários aspectos – internos e externos – desse processo, a saber: a) o cenário político bipolar da Guerra Fria; b) o envolvimento português na questão; c) os factores internos angolanos que propiciaram a luta pela independência; d) o contexto regional (com especial destaque para a África do Sul e a Namíbia e e) o papel de outras potências que serviram de “actores por procuração” dos poderes em conflito (neste caso Cuba, alinhada com os soviéticos).

Como facilmente se pode perceber – e é reconhecido pelo próprio autor – tornou-se impossível estudar todas estas temáticas, uma vez que cada uma delas, por si só, constituía uma vasta esfera de investigação. Assim sendo, esta obra debruça-se sobre a vertente que considerou mais relevante: o enquadramento do conflito angolano no quadro internacional da Guerra Fria e a intervenção norte-americana naquele que foi um dos palcos principais do confronto bipolar entre estes e a União Soviética (concretamente entre o período que vai desde 1974 a 1976).

Para fundamentar a sua investigação – e aproveitando o facto de que, nos Estados Unidos, cada vez mais documentos oficiais sobre esta temática e este período em concreto estarão disponíveis – Tiago Moreira de Sá serviu-se de um vasto leque de fontes primárias,

* CEAUP.

tão abrangente que seria impossível citá-las a todas. Contudo, é importante salientar que a maior parte delas se encontra disponível na Ford Library (Michigan), nos *National Archives* e nos *National Security Archives* norte-americanos, sendo constituídas essencialmente por correspondência entre o Departamento de Estado e os postos diplomáticos em África e na Europa, memorandos internos da Casa Branca e até mesmo estudos levados a cabo pelos serviços secretos (destacando o facto de alguns destes documentos serem inéditos), sendo também importante salientar que algumas delas se incluem num anexo no fim da obra. Além das fontes disponíveis nestes arquivos, também é importante referir a consulta (ainda nos Estados Unidos) do arquivo pessoal de Witney Schneidman (um dos maiores especialistas e autor de obras de referência no que diz respeito à descolonização portuguesa) e, já em Portugal, do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (embora estes últimos documentos pudessem ter sido mais explorados). A juntar a estas fontes documentais, é importante considerar também uma longa lista bibliográfica, incluindo testemunhos e memórias (das quais se destacam as de Mário de Andrade, Frank Carlucci, Gerald Ford, Franco Nogueira e Almeida Santos) e obras de autores tão reconhecidos neste tema como são Gerald Bender, David Birmingham, Norrie MacQueen, Witney Schneidman, António José Telo, Pedro Pezarat Correia, entre outros.

Uma vez citadas as fontes mais importantes, é possível denotar uma divisão da obra em duas partes: a primeira tem como objectivo contextualizar a política norte-americana para a descolonização de Angola e segunda procura reflectir sobre as várias fases desta política ao longo do tempo.

Assim sendo, podemos perceber que a linha de acção norte-americana para Angola foi sempre pautada por uma certa irregularidade: se, por um lado, era importante (no contexto da Guerra Fria) travar quaisquer hipóteses de avanços soviéticos na região (no seguimento dos processos de descolonização que paulatinamente ocorriam em países vizinhos), a verdade é que, por muito que os Estados Unidos (nomeadamente, nos anos 60, a administração Kennedy) se manifestassem contrários à ideia de colonialismo e apoiassem movimentos nacionalistas angolanos (como a UPA de Holden Roberto, por exemplo), a verdade é que a importância geoestratégica das relações bilaterais com Portugal nunca foi esquecida (concretamente, a importância da Base das Lajes nos Açores).

Depois de Kennedy, a administração norte-americana não foi, claramente, tão “entusiasta” no que diz respeito à questão angolana (o crescente envolvimento em solo vietnamita – Johnson – e o favorecimento de regimes de minoria branca – Nixon – são apontados como factores essenciais para este distanciamento). Aliás, o autor classifica a política norte-americana para Portugal e as colónias como uma política de “indiferença” – que, aliás, é o título de um dos capítulos da obra. Segundo Moreira de Sá, o golpe militar de 25 de Abril de 1974 apanhou Washington de surpresa e, num primeiro momento, os norte-americanos não souberam como reagir à súbita mudança de regime e às convulsões políticas vividas em Portugal, sendo a descolonização e independência das colónias africanas o problema mais premente.

Não é, portanto, de admirar que as potências estrangeiras tivessem aumentado a sua intervenção no terreno (de salientar o crescente apoio logístico e militar da União Soviética ao MPLA e a intervenção cubana no território, alinhada com os interesses soviéticos) que alarmaram a administração americana para a possibilidade do estabelecimento de um governo de inclinações marxistas – como seja o MPLA – em Angola. Tal facto seria contrário aos interesses americanos na região e constituiria uma importante vitória de Moscovo na

competição pelo domínio político e estratégico do Terceiro Mundo e, por isso, era urgente tomar medidas, nomeadamente através dos países vizinhos e favoráveis aos interesses americanos. Entre estes, é importante referir a Zâmbia, cujo presidente à época, Kenneth Kaunda, foi dos primeiros a alertar Kissinger e Ford (num encontro datado de Abril de 1975 e que é, curiosamente, a primeira referência do livro e que, segundo o autor, mudou o rumo da política externa americana para Angola) que era necessário uma intervenção americana uma vez que a União Soviética já estaria a enviar conselheiros militares e armamento para o MPLA.

Contudo, os esforços americanos saíram gorados, uma vez que o Congresso proibiu o envio de fundos para Angola (Emenda Tunney, de Dezembro de 1975, e Emenda Clark, aprovada pouco depois e dando um carácter permanente à primeira), numa clara renúncia interna dos Estados Unidos em conflitos externos e que obrigou a uma desmobilização das fontes pró-americanas no terreno (a África do Sul, lembre-se, retirou-se no início de 1976). Em suma, o autor procura demonstrar que a questão angolana não se tratou simplesmente de um conflito que opôs uma colónia à metrópole. Pelo contrário, depressa assumiu um forte carácter internacional, devido ao que o autor chama de “cruzamento da actuação dos Estados Unidos e da União Soviética, que acabou com a derrota dos norte-americanos e a vitória dos soviéticos” (p. 322), ou seja, com a superioridade do MPLA face aos restantes movimentos de libertação.

Esta obra revela-se, assim, uma leitura obrigatória para compreender a questão da descolonização angolana, destacando-se das demais na sua tentativa de ver o conflito “a partir de fora”, ou seja, a partir de um ponto de vista que não tem directamente a ver com os dois países directamente envolvidos.

